



RELACIONAMENTO ÉTICO COM AGENTES PÚBLICOS

Relacionar-se com o poder público requer ética, integridade e transparência, seguindo sempre as regras que regem nossa conduta e, claro, a legislação aplicável, como a Lei Anticorrupção.

Esse relacionamento pode acontecer em diversas situações, como reuniões, licitações, chamamentos públicos, fiscalizações e auditorias, ou qualquer atividade relacionada aos serviços que oferecemos.

Para ajudar nisso, separamos algumas dicas práticas para garantir que estamos todos alinhados:

- Fornecimento de informações apenas mediante solicitação formal e por escrito, com a autorização adequada;
- Demandas apresentadas por representantes do governo devem seguir nossas normativas institucionais, com comunicação à Superintendência responsável e encaminhamento aos setores pertinentes;
- Não é permitido efetuar pagamentos para agilizar serviços rotineiros ou ações administrativas;
- Não é permitido utilizar o nome da SPDM em assuntos pessoais de qualquer natureza, em seu relacionamento com o governo.

E se em algum momento surgirem dúvidas sobre a melhor forma de agir, não hesite em consultar seus superiores imediatos ou a pessoa responsável por sua unidade.

Para mais informações, consulte a lei 12.846/13 ou acesse os capítulos 4 e 7 no [Manual de conformidade administrativa, políticas e princípios de integridade](#).

https://www.spdmpais.org.br/Documentos/Manual_CAPPI_2022_WEB_Flip.pdf

Estamos aqui para apoiar e garantir que sigamos juntos na mesma direção, sempre com ética e integridade.